

O Brasil representado por Ernesto Araújo: A projeção do Estado brasileiro no cenário internacional

Paris Bastos, Luana

Veröffentlichungsversion / Published Version

Arbeitspapier / working paper

Empfohlene Zitierung / Suggested Citation:

Paris Bastos, L. (2022). *O Brasil representado por Ernesto Araújo: A projeção do Estado brasileiro no cenário internacional*. (NUPRI Working Paper, 15). São Paulo: Núcleo de Pesquisa em Relações Internacionais da Universidade de São Paulo (NUPRI). <https://nbn-resolving.org/urn:nbn:de:0168-ssoar-81842-7>

Nutzungsbedingungen:

Dieser Text wird unter einer CC BY-NC-ND Lizenz (Namensnennung-Nicht-kommerziell-Keine Bearbeitung) zur Verfügung gestellt. Nähere Auskünfte zu den CC-Lizenzen finden Sie hier:

<https://creativecommons.org/licenses/by-nc-nd/4.0/deed.de>

Terms of use:

This document is made available under a CC BY-NC-ND Licence (Attribution-Non Commercial-NoDerivatives). For more information see:

<https://creativecommons.org/licenses/by-nc-nd/4.0>



O Brasil representado por Ernesto Araújo

A projeção do Estado brasileiro no cenário internacional

Luana Paris Bastos

Sobre a autora:

Luana Paris Bastos é licenciada em Ciências Biológicas pela UFMG e estudante do curso de Relações Internacionais pela PUC Minas. Tem interesse em pesquisas relacionadas aos BRICS e à política externa.

Editor: Daniel Oppermann



Licença Creative Commons
Atribuição + NãoComercial + SemDerivações
Essa publicação possui a licença Creative
Commons CC-BY-NC-ND. Ela pode ser
compartilhada por qualquer indivíduo.
Somente sem fins lucrativos.

Os argumentos e opiniões presentes neste Working Paper, assim como os gráficos, imagens, citações e referências são de exclusiva responsabilidade dos autores e não representam o pensamento dos editores, do NUPRI ou da Universidade de São Paulo.



Núcleo de Pesquisa em Relações Internacionais
Universidade de São Paulo
Rua do Anfitheatro 181
Colméia Favo 7
Cidade Universitária
05508-060
São Paulo, SP
Brasil

<https://www.nupri.com.br>
<https://nupri.prp.usp.br>

Resumo

O governo de Jair Bolsonaro iniciou-se em 2019. Desde sua campanha eleitoral, eram notáveis algumas opiniões e prioridades distintas daquelas trazidas pelos 14 anos de governo do Partido dos Trabalhadores (PT). A constância da política externa brasileira já havia sido quebrada com a entrada do presidente interino Michel Temer em 2016 no país, mas o governo Bolsonaro trouxe novas rupturas. A política externa é a via fundamental para a cooperação com outros Estados, originando acordos, projetos e vantagens comerciais. Essas relações são estabelecidas a partir de imagens que são projetadas do Estado, onde são evidenciadas suas preferências e focos, assim como se discursa como se deseja que os outros o enxerguem. Dessa forma, este artigo realizou análise documental de duas alocações proferidas pelo chanceler Ernesto Araújo: uma em uma reunião do G20 e outra em uma reunião do BRICS, ambas ocorridas em 2020. O intuito do trabalho foi determinar qual a imagem do Brasil que está sendo projetada internacionalmente, por meio deste ator específico, considerando que o Ministro das Relações Exteriores carrega uma grande responsabilidade em relação a isso em suas aparições públicas e discursos. A partir das análises, conclui-se que as alocações de Araújo contribuíram para uma imagem de unilateralismo, nacionalismo, preferência ao bilateralismo em detrimento do multilateralismo, e uma não credibilidade em relação às organizações multilaterais e suas recomendações, com fortes sugestões de reforma dessas instituições.

Palavras-chave: Brasil, Jair Bolsonaro, Ernesto Araújo, política externa, análise documental

Introdução

Em 2019, Jair Bolsonaro iniciou seu mandato como presidente do Brasil. Desde sua campanha eleitoral, era evidente um forte alinhamento com os Estados Unidos, do governo de Donald Trump, além de um forte nacionalismo, patriotismo e de um posicionamento político mais conservador (Gonçalves e Teixeira 2020). A entrada do governo Bolsonaro demonstrou uma mudança em relação aos governos anteriores, e essa modificação doméstica também se traduz para a esfera internacional: a política externa dos Estados, apesar de muitas vezes se mostrar estável, é influenciada pelos governos que a planejam. Isso reverbera nos posicionamentos públicos internacionais, nas relações de cooperação com outros Estados e na projeção que o governo realiza de seu Estado no sistema (Vidigal e Bernal-Meza 2020). Sendo assim, o presente trabalho se orientou com o objetivo de analisar a projeção do Estado brasileiro no cenário internacional durante o governo de Jair Bolsonaro.

Os objetivos específicos do artigo voltam-se para realizar uma análise a partir do Ministério das Relações Exteriores. Como representante do governo, o Ministro das Relações Exteriores possui um importante papel em conferências e fóruns internacionais, uma vez que projeta para os outros Estados as ideias e intenções do Estado brasileiro (Milani et al. 2014). Por isso, objetiva-se analisar 2 alocações do ex-Ministro das Relações Exteriores do Brasil, Ernesto Araújo (2019-2021), em contextos internacionais, assim como analisar a referência ao multilateralismo, à cooperação sul-sul e às prioridades do Brasil nas alocações selecionadas, e sugerir possíveis impactos dessas colocações para a projeção do Estado brasileiro internacionalmente.

Para isso, realizou-se uma análise documental de duas alocações feitas por Ernesto Araújo em 2020, em contextos internacionais considerados relevantes, pelos Estados que abrange e as perspectivas internacionais de seus debates e decisões: uma reunião do G20 e outra do BRICS. Para um maior embasamento em relação à análise, o artigo, antes de apresentar os resultados, a análise em si e os apontamentos finais de pesquisa, traz uma seção com alguns conceitos importantes relacionados à cooperação e uma seção posterior que contextualiza o contexto brasileiro. Após as elucidações teóricas, é apresentada a descrição da metodologia utilizada, os resultados dos questionamentos quanto aos dois documentos e uma análise mais aprofundada que junta os dados coletados de ambas as alocações. Por fim, é trazida uma seção com considerações finais e sugestões de pesquisas futuras.

Questões de cooperação

O mundo contemporâneo, globalizado, nos oferece muitos desafios, assim como diversos elementos que enxergamos como benefícios. Um desses elementos é a forma com a qual a cooperação se dá com uma fluidez maior entre os Estados, graças a tecnologias que nos permitem atravessar o globo em horas e graças ao desenvolvimento de instituições que fornecem ambientes favoráveis para o diálogo entre governos e a projeção de interesses de Estado (Keohane e Nye 1987). Uma vez que o objeto de estudo deste artigo busca analisar questões de cooperação Sul-Sul e também fenômenos como o multilateralismo, se faz necessária a utilização de ferramentas conceituais para situar tais termos antes das explanações em relação à metodologia e à análise propriamente dita.

Inicialmente, é importante a compreensão dos termos Norte e Sul Global. Tais termos não se constituem de uma delimitação geográfica, possuindo um caráter geopolítico e de acusação das relações com o colonialismo e o imperialismo. Dessa forma, entende-se por Sul Global aqueles Estados que eram anteriormente compreendidos pelos termos “Terceiro Mundo” e “em desenvolvimento”, enquanto o Norte Global abrange os Estados autores de práticas coloniais e que são entendidos como “desenvolvidos”. Sendo assim, a principal característica compartilhada pelo Sul foi a passagem por um período de influência colonial, direta ou indiretamente. Essa característica faz com que o Sul Global seja considerado atrasado industrialmente, ou em suas práticas econômicas e políticas (Hollington et al. 2015).

Além disso, os termos designados para cooperação também se colocam como relevantes para a compreensão das análises. Cooperação, segundo o Dicionário das Ciências Sociais de Dahlke, é entendida por uma ação que visa o alcance de objetivos desejados por todos os envolvidos, podendo ocorrer devido a normas sociais aceitas (Dahlke 1986). A cooperação pode ser percebida como uma instituição internacional, na medida em que constitui um conjunto de práticas compartilhadas e naturalizadas enquanto normas (Flockhart 2016).

Ela pode, ainda, ocorrer em esferas mais abrangentes e mais limitadas, definido pelos termos bilateralismo e multilateralismo. Segundo Ruggie (1993), o bilateralismo é entendido como a relação entre dois Estados, incluindo esforços de cooperação, para que se alcance fins desejáveis a ambos, e onde é possível estabelecer obrigações comportamentais em uma es-

estrutura dual, por meio de acordos e negociações. Já o multilateralismo é uma instituição internacional que configura uma relação difusa, envolvendo mais de dois países e onde, ao invés de obrigações delineadas, opta-se pela difusão de propósitos sociais sob a forma de princípios generalizados de conduta. Esses princípios são normas que os agentes assumem como próprias ações e constituem suas preferências (Ruggie 1993).

Neste artigo, também será considerado o termo unilateralismo, que se entende por um comportamento do governo em garantir os próprios interesses em detrimento de termos de cooperação com outros governos. Assim, são definidas medidas de proteção dos próprios interesses, mesmo que não sejam convergentes com as prioridades de grupos multilaterais ou de outros Estados, envolvendo questões comerciais e diplomáticas (Brótons 1999). Essa preferência pelo unilateralismo, e até mesmo pelo bilateralismo, é um traço que pode ser observado no governo de Jair Bolsonaro, desde 2019, no Brasil.

O contexto brasileiro

O Brasil, no momento de escrita deste artigo, tem como presidente Jair Bolsonaro, desde janeiro de 2019. Atualmente, ele não pertence a nenhum partido, mas se elegeu em 2018 por meio da Coligação Brasil Acima de Tudo, Deus Acima de Todos (PSL/PRTB). Antes de sua posse, quem se encontrava no poder era Michel Temer, do partido Movimento Democrático Brasileiro (MDB), após o processo de impeachment de Dilma Rousseff, em 2016. A entrada de Michel Temer como presidente interino encerrou 14 anos do Partido dos Trabalhadores (PT) no poder, exercidos por Luiz Inácio Lula da Silva, entre 2003 e 2010, e por Dilma Rousseff, entre 2011 e 2016. Embora as trocas partidárias sejam procedimentos naturais de ocorrerem em regimes democráticos, a forma turbulenta com a qual o PT deixou o poder, e a entrada de Bolsonaro após eleições bem polarizadas, fizeram com que a política externa refletisse as diferenças e prioridades encontradas em cada governo (Pennaforte 2017).

A política externa de um Estado e, especialmente do Brasil, é geralmente tida como exatamente isso: uma política de Estado. As mudanças de governo não costumam causar drásticas mudanças, principalmente ao se considerar o Itamaraty, que carrega um histórico quase que constante de seus posicionamentos e relacionamentos com outros Estados, independente do governo e do partido que se encontrem na presidência. Contudo, quando Temer assumiu, a

política externa sofreu, leves, mas perceptíveis, impactos, e o mandato de Bolsonaro trouxe expressivas modificações, que, desde o primeiro dia, incidiram sobre a política externa brasileira (H. A. d. Oliveira 2005; Baptista, Bertolucci e Diogo 2020).

Desde a entrada do PT no poder, observou-se, domesticamente, uma preferência pelas políticas sociais e para educação. Isso refletia na política externa, a exemplo da busca de parcerias para programas de intercâmbio e para debates mais sociais na esfera internacional, que incluíssem projetos de direitos humanos, e combate à fome e à miséria. Mas, para além dessas questões, a política externa, principalmente do governo Lula, nas mãos do chanceler Celso Amorim, teve abordagens que se destacaram (Silva 2015).

O foco das ações brasileiras no cenário internacional passou ser explorar possibilidades de alianças estratégicas, sobretudo multilaterais e regionais. Dessa forma, os laços com o Sul Global e com a América Latina fortaleceram-se, assim como a participação brasileira em fóruns e organizações internacionais. Foi durante o governo do PT que o Brasil passou a compor o IBAS ou G-3 (Índia, Brasil e África do Sul), foi criada a União de Nações Sul-Americanas (Unasul), a Comunidade de Estados Latino-Americanos e Caribenhos (CELAC), o BRICS (Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul), e reorientado o Mercosul. O Brasil nessa época, portanto, foi marcado por um “ativismo diplomático” e aberto aos debates de integração em mecanismos multilaterais (Silva 2015; Baptista, Bertolucci e Diogo 2020).

Entretanto, com a entrada de Temer e, mais ainda, de Bolsonaro, a política externa brasileira mudou seu percurso - podendo-se perceber, assim, uma política mais de governo do que de Estado. Nesses termos, Bolsonaro, desde sua campanha eleitoral trazia discursos pertencentes a uma direita conservadora, permeado de comentários preconceituosos contra negros, LGBTQIA+, mulheres e imigrantes e com um forte ativismo religioso misturado à política, mesmo em um país laico como o Brasil. Além disso, Bolsonaro nutre profundos sentimentos de admiração em relação ao ex-presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, que teve um mandato também atravessado por valores conservadores e gerou grandes divergências internacionalmente com seus posicionamentos e decisões (Baptista, Bertolucci e Diogo 2020).

As demonstrações de ruptura de Bolsonaro com os governos anteriores se escancarou nas escolhas de ministros, ao selecionar militares para vários dos cargos, mesmo sem experiências especializadas do ministério que estariam a frente, e personalidades

distintas para outros. Ernesto Araújo, selecionado para o Ministério das Relações Exteriores, iniciou seus trabalhos no cargo com declarações contra o “globalismo”, a sociedade civil, o direito ao aborto e exaltando a priorização de Deus e a família tradicional. Ademais, em pouco tempo, Araújo também dirigiu falas xenofóbicas em relação a, por exemplo, China, a maior parceira comercial do Brasil (Baptista, Bertolucci e Diogo 2020).

Como chanceler, é de extrema relevância tudo aquilo que se fala, principalmente em contextos internacionais. Isso porque os discursos, com as políticas que se colocam em prática, compõem a projeção de uma imagem internacional do Estado. O presidente e o Ministro das Relações Exteriores são os mais significativos atores dessa projeção, já que são os responsáveis pelas relações diretas com outros chefes de Estado e chanceleres, e possuem os encargos de iniciarem e encerrarem acordos, assim como realizarem a manutenção das relações inter-estatais (Figueira 2010; Cason e Power 2009). Dessa forma, com a mudança partidária e, sobretudo, governamental, ocorrida no Brasil e os reflexos diretos na política externa, questiona-se sobre a imagem projetada do Estado nas mãos de Jair Bolsonaro, após dois anos de seu mandato.

Procedimentos metodológicos

Com as mudanças no cenário brasileiro e, principalmente, as potencialidades de virada na política externa brasileira, chegou-se à pergunta: como o Brasil se projeta internacionalmente durante o governo Bolsonaro (2019-atual)? A hipótese é que o Brasil, durante o governo Bolsonaro (2019-atual), se projeta internacionalmente como um Estado mais unilateralista, com priorização do benefício próprio em detrimento do coletivo, priorizando a relação bilateral com os Estados Unidos em detrimento da relação multilateral com Estados do Sul Global. Além disso, acredita-se que essa projeção carrega extremos simbolismos nacionalistas, patriotas e preconceituosos, caracterizando o Brasil no cenário atual como um Estado mais conservador.

Para a verificação da hipótese, foram selecionados dois discursos do ex-Ministro das Relações Exteriores, Ernesto Araújo, que permaneceu no cargo do início do mandato do presidente Bolsonaro, em 2019, até 2021. Essa escolha se deve ao fato de que, como representante do governo, o Ministro das Relações Exteriores possui um importante papel em conferências e fóruns internacionais, uma vez que projeta para os outros Estados as ideias e intenções

do Estado brasileiro (nesse caso, mais ainda do governo). Os discursos, disponíveis de forma transcrita e traduzida (no caso dos discursos originais terem ocorrido em inglês) em uma coletânea de discursos do ex-Ministro das Relações Exteriores em 2020, disponibilizada pela Fundação Alexandre de Gusmão (Araújo 2021), foram submetidos a uma análise documental. Dois documentos é um número pequeno para se chegar a uma conclusão, sendo essa investigação uma introdução para uma pesquisa que pode ser desenvolvida com mais tempo e mais espaço de escrita. Dessa forma, com o presente trabalho, é possível ter resultados específicos sobre os discursos trazidos, mas sem a possibilidade de uma generalização acurada quanto ao posicionamento e projeção do Estado brasileiro.

A análise documental baseia-se em fontes primárias, ou seja, que ainda não receberam um tratamento ou análise, e, segundo Sá-Silva, de Almeida e Guindani (2009), consegue evidenciar informações relevantes para constituir os resultados de uma investigação. Segundo os mesmos autores, a análise documental se orienta por questões e hipóteses que sejam convergentes com a pesquisa de interesse principal. Além disso, a análise documental não se restringe a documentos escritos, podendo ser utilizadas fontes primárias não escritas e até mesmo não orais para a pesquisa (Sá-Silva, Almeida e Guindani 2009).

De acordo com Cellard (2008), existem algumas etapas ritualísticas que devem ser seguidas para se realizar uma pesquisa documental, e entre elas encontra-se a identificação do autor e do contexto do documento, a avaliação da credibilidade e da autenticidade do texto, qual sua natureza e seus conceitos-chave, e, por fim, a análise documental em si, que pode passar por análise de ocorrências e a interpretação crítica do pesquisador, além da entrevista ao documento, com questões que explicitem as informações necessárias (Cellard 2008).

Dessa forma, para ambos os discursos, no intuito de evidenciar informações contidas neles e trazê-las à luz para uma análise mais profunda, foram feitos os seguintes questionamentos:

1. Quem é o autor do texto?
2. Qual o público-alvo?
3. Qual o contexto em que foi proferido?
4. Qual o objetivo prático do texto?
5. Qual o propósito político do texto?
6. Quais são as prioridades do Brasil, segundo o autor?
7. Qual o nível de importância que o autor con-

fere a relações de cooperação com o Sul Global? E com grandes potências?

8. Como o autor retrata o multilateralismo?
9. Quais são os traços de preconceito contidos no texto?

Os documentos escolhidos para análise contemplam a “Alocução na Reunião Extraordinária de Ministros das Relações Exteriores do G20: fortalecendo a cooperação internacional através das fronteiras (03/09/2020)” e as “Alocuções na Reunião de Ministros das Relações Exteriores do BRICS (04/09/2020)” (Araújo 2021). A escolha dos discursos se deve ao fato de que tanto o G20 quanto o BRICS são grupos informais e que incluem, respectivamente, as maiores economias do mundo e as economias emergentes que foram destacadas em 2001. No G20, encontram-se grandes potências como os Estados Unidos, a União Europeia, a França, a Alemanha e o Reino Unido, além de potências emergentes do Sul Global. No BRICS, encontram-se Estados que também estão no G20: Rússia, Índia, China e África do Sul.

Alocução na Reunião Extraordinária de Ministros das Relações Exteriores do G20: fortalecendo a cooperação internacional através das fronteiras (03/09/2020)

Quem é o autor do texto?

O ex-Ministro das Relações Exteriores do Brasil, Ernesto Araújo, que, na data, ainda ocupava o cargo.

Qual o público-alvo?

Ministros das Relações Exteriores do G20, ou seja, Ministros das Relações Exteriores da Argentina, da Austrália, do Canadá, da China, da França, da Alemanha, do Japão, da Índia, da Indonésia, da Itália, do México, da Rússia, da África do Sul, da Arábia Saudita, da Coreia do Sul, da Turquia, do Reino Unido, dos Estados Unidos, e da União Europeia.

Qual o contexto em que foi proferido?

Reunião Extraordinária de Ministros das Relações Exteriores do G20, por meio virtual, para debaterem o fortalecimento da cooperação internacional. Em 2020, foi a segunda reunião do G20, devido à pandemia de Covid-19, que se estabeleceu a partir de maio de 2020. Os Estados do G20, na intenção de elaborarem estratégias para superar a pandemia

sem grandes prejuízos, decidiram tornar as reuniões mais frequentes, visto que anterior a esse momento, eram limitadas a uma vez por ano.

Qual o objetivo prático do texto?

Proferir o posicionamento do Brasil quanto a situação pandêmica e quanto a estratégias de cooperação internacional que foram tomadas e que estão abertas para serem implementadas.

Qual o propósito político do texto?

Fortalecer e esclarecer o posicionamento do governo brasileiro em relação a questões de cooperação e sua visão sobre o sistema internacional na atualidade. Assim, o texto tem como objetivo projetar os ideais do governo Bolsonaro para as principais economias do mundo, e torná-los legítimos para as práticas do Estado, além de também permitir que outros Estados se identifiquem e se alinhem com o Brasil. No caso de governos que não sigam ou concordem com os ideais bolsonaristas, também permite que se posicionem contra ou revejam as relações cooperativas estabelecidas com o país.

Quais são as prioridades do Brasil, segundo o autor?

Garantir que a economia brasileira não colapse diante da crise gerada pela pandemia de Covid-19, buscando oferecer auxílios para que as famílias brasileiras não cheguem a níveis de extrema pobreza, e também continuar produzindo alimentos para exportação mediante aumento da insegurança alimentar no mundo. O Brasil também prioriza a abertura de fronteiras e o recebimento de pessoas de todo o mundo por meio de aeroportos e portos, mesmo em um momento pandêmico que pediu medidas de maior proteção da própria população por meio da diminuição de exposição a pessoas de outros países que carregavam outras variantes do vírus causador da Covid-19. Para lidar com a doença em si, as prioridades do Brasil seriam uma produção própria de vacinas e a adoção de protocolos de tratamento que não estão sendo utilizados em outros lugares, com a inclusão da hidroxicloroquina neste plano (Araújo 2021). Isso é evidenciado pelos trechos:

“No nosso caso, o Brasil criou um apoio fiscal de cerca de 15% do PIB, com medidas para apoiar, não apenas o sistema de saúde universal que temos, mas também para garantir a sobrevivência mesma de até 60 milhões de pessoas, que estariam, hoje, em pobreza extrema, correndo o risco de morrer de fome, não fosse por aquele apoio. E permitam-me dizer que esse apoio não veio do multilateralismo; ele veio

dos próprios contribuintes brasileiros” (Araújo 2021, p. 395).

“[...] o Brasil é um dos maiores produtores e exportadores de alimentos do mundo. A produção de alimentos do Brasil pode alimentar até 1,2 bilhão de pessoas em todo o mundo, e nós não apenas mantivemos nossa produção agrícola durante a pandemia, mas na realidade a aumentamos em relação aos níveis do ano passado. E estamos exportando-a. Conservamos também nossos sistemas logísticos para exportar para todos os nossos parceiros. E isso não veio do multilateralismo. Isso veio de medidas nacionais que permitiram a continuidade do trabalho na agricultura e na logística” (Araújo 2021, p. 395).

“Sobre restrições de viagens, o Brasil sempre manteve seus aeroportos abertos durante a pandemia, permitindo que muitas pessoas de outros países, cidadãos de outros países, voltassem para casa em voos de conexão. E, no fim de julho, liberamos viagens aéreas a todos, sem distinção” (Araújo 2021, p. 395).

“Sobre vacinas, estamos confiantes de que o Brasil desenvolverá a capacidade produtiva para si mesmo e, também, para compartilhar com outros países, especialmente em nossa região. Sobre tratamento, o Brasil desenvolveu protocolos com bons resultados, empregando medicamentos não utilizados em outros lugares, especialmente a hidroxicloroquina, que, infelizmente, foi politizada, mas que está salvando vidas” (Araújo 2021, p. 396).

Qual o nível de importância que o autor confere a relações de cooperação com o Sul Global? E com grandes potências?

O autor não realiza grandes distinções entre a cooperação com o Sul Global e com grandes potências, já que, ao longo do texto, reforça que o governo está aberto para a cooperação com todas as nações, desde que seja em alinhamento com os princípios explicitados acima (foco na economia, na abertura de fronteiras e no tratamento com medicamentos não comprovados cientificamente):

“[...] estamos prontos para cooperar, especialmente aqui, já que estamos aqui no G20, com cada país do Grupo e coletivamente, para avançar as verdadeiras questões diante de nós: salvar vidas e meios de subsistência” (Araújo 2021, p. 396).

“Sobre tratamento, o Brasil desenvolveu protocolos com bons resultados, empregando medi-

camentos não utilizados em outros lugares, especialmente a hidroxicloroquina, que, infelizmente, foi politizada, mas que está salvando vidas. E também estamos prontos para cooperar nessa área com qualquer país” (Araújo 2021, p. 395).

Como o autor retrata o multilateralismo?

O autor, ao longo do texto, retrata o multilateralismo como algo negativo, principalmente frente à pandemia de Covid-19. Alguns trechos que explicitam isso são:

“Infelizmente, organizações multilaterais, a mídia, formadores de opinião ao redor do mundo, propagaram, por meses, uma atmosfera de “apenas saúde”; uma abordagem que ignorou todos os outros aspectos do mundo e demonizou líderes que ousaram falar das dimensões econômica e social” (Araújo 2021, p. 394).

“[...] As instituições multilaterais falharam amplamente, até agora, no segundo aspecto: os meios de subsistência.” (Araújo 2021, p. 394).

“[...] E permitam-me dizer que esse apoio não veio do multilateralismo; ele veio dos próprios contribuintes brasileiros.” (Araújo 2021, p. 395).

“[...] E isso não veio do multilateralismo. Isso veio de medidas nacionais que permitiram a continuidade do trabalho na agricultura e na logística.” (Araújo 2021, p. 395).

Dessa forma, fica reforçado pelo autor, como ele atribui ao próprio governo brasileiro ou à população brasileira o que para ele são consideradas conquistas diante da crise gerada pela Covid-19, ao invés de pelo multilateralismo. Pelas frases repetidas e reforçadas pelo autor, fica evidenciado que, para ele, o multilateralismo não ajudou na crise; na verdade, para ele, o multilateralismo mais atrapalhou países em desenvolvimento do que auxiliou.

Quais são os traços de preconceito contidos no texto?

Não existem traços de preconceito quanto a grupos como mulheres, negros, pessoas LGBTQIA+ e imigrantes.

Alocações na Reunião de Ministros das Relações Exteriores do BRICS (04/09/2020)

Quem é o autor do texto?

O ex-Ministro das Relações Exteriores do Brasil, Ernesto Araújo, que, na data, ainda ocupava o cargo.

Qual o público-alvo?

Ministros das Relações Exteriores do BRICS, ou seja, ministros das Relações Exteriores da Rússia, da Índia, da China e da África do Sul.

Qual o contexto em que foi proferido?

Reunião dos Ministros das Relações Exteriores do BRICS, reunião que ocorre anualmente e que, em 2020, ocorreu de maneira virtual. Essa, entretanto, foi a segunda do ano, devido à crise gerada pela pandemia de Covid-19 em 2020.

Qual o objetivo prático do texto?

Proferir o posicionamento do Brasil perante as temáticas das sessões da Reunião.

Qual o propósito político do texto?

Explicitar os ideais e prioridades do governo Bolsonaro para os Estados dos BRICS, de modo a promover cooperação nas esferas que convergem e evidenciar com quais ideias o Estado brasileiro não está alinhado neste momento.

Quais são as prioridades do Brasil, segundo o autor?

As prioridades do Brasil se relacionam com a garantia de que haja liberdade tanto domesticamente quanto internacionalmente, assim como dignidade humana:

“Para o Brasil, nenhum desafio é mais urgente que o de garantir que o sistema internacional vindouro seja baseado na liberdade, na transparência e na dignidade humana” (Araújo 2021, p. 407f).

O Conselho de Segurança da Organização das Nações Unidas também aparece duas vezes como temática de alocações do ex-Ministro, para trazer a atenção para a necessidade, segundo ele, de uma reforma do Conselho, para existir mais representatividade e legitimidade nas ações e decisões tomadas pelo órgão:

“Uma governança mais democrática precisa de

um Conselho de Segurança da ONU reformado, com uma contribuição aprimorada e permanente de países como o Brasil” (Araújo 2021, p. 409).

“A linguagem do BRICS sobre essa questão da reforma do Conselho de Segurança, que estamos discutindo, deve evoluir. Como grupo, o BRICS não pode continuar a contornar essa questão. Deve abordar claramente esse tópico para manter sua consistência e relevância política” (Araújo 2021, p. 410).

O autor também traz como prioridade do Brasil a democracia e a reforma do multilateralismo, acusando-o de atualmente representar um “supernacionalismo às escondidas”, ao invés de, de fato, um caminho para a verdadeira cooperação internacional:

“O Brasil defende a democracia no sistema internacional e, também, domesticamente. Essas duas dimensões não devem ser separadas” (Araújo 2021, p. 409).

“A reforma do sistema multilateral é urgente para trazê-lo de volta ao caminho da verdadeira cooperação internacional e não do supranacionalismo às escondidas” (Araújo 2021, p. 409).

A eliminação de armamentos de destruição em massa e a questão da intolerância religiosa também aparecem no texto como prioridades que o Brasil deseja tratar como prioridade com os demais Estados do BRICS, além de também pedir para os demais Estados que a atenção se volte para a situação venezuelana, para ser resolvida com a ajuda de todos (Araújo 2021).

Qual o nível de importância que o autor confere a relações de cooperação com o Sul Global? E com grandes potências?

Dentre os Estados dos BRICS, o único que não se enquadra como Sul Global é a Rússia. Entretanto, o autor se mostra aberto a negociações e cooperação com todos os membros do grupo, apesar de se dirigir diretamente somente para a Rússia, com elogios à iniciativa russa da Aliança Empresarial de Mulheres do BRICS e aos esforços da presidência russa do BRICS¹ (Araújo 2021).

Como o autor retrata o multilateralismo?

O autor retrata o multilateralismo como algo ruim, atribuindo-lhe a culpa da crise econômica que atin-

¹Em 2020, a presidência do grupo esteve com um representante da Rússia e uma das sessões da Reunião foi para avaliação do desempenho no cargo.

giu o mundo em 2020, por priorizar questões de saúde durante a pandemia de Covid-19, ao invés de questões econômicas (Araújo 2021). Alguns trechos falam do multilateralismo como se estivesse não correspondendo ao modo pelo qual foi idealizado com o fim da Segunda Guerra Mundial. Por exemplo:

“[...] A reforma do sistema multilateral é urgente para trazê-lo de volta ao caminho da verdadeira cooperação internacional e não do supranacionalismo às escondidas.” (Araújo 2021, p. 409).

“Nesse sentido, gostaria também de frisar que o multilateralismo não deve ser uma resposta automática à crise atual. Multilateralismo não é uma palavra mágica que apenas por ser pronunciada resolverá nossos problemas. As instituições multilaterais devem servir como um espaço de coordenação entre os países, mas elas não são a única resposta aos profundos desafios que emergem da pandemia” (Araújo 2021, p. 412).

Quais são os traços de preconceito contidos no texto?
Os preconceitos contidos no texto são principalmente voltados para a Venezuela, já que acusa a situação venezuelana de ser causada por grupos terroristas e por incluir o país na necessidade de estratégias anti-terroristas pelo grupo. Além de evidenciar um preconceito em relação à situação venezuelana como um todo, suas falas também insinuam um preconceito contra os venezuelanos enquanto imigrantes no Brasil, já que o autor coloca que o Brasil “sente na carne” a situação, o que se relaciona a situação de imigração de venezuelanos para o território brasileiro, principalmente na região da fronteira entre os dois países:

“O Brasil é vizinho da Venezuela, como os senhores sabem, e nós sabemos o que está acontecendo lá. Nós sentimos isso na carne. A Venezuela se tornou um foco de crime organizado e terrorismo.” (Araújo 2021, p. 411)

“O terrorismo agora está muito presente em nossa região, na América do Sul, não só por causa da Venezuela, mas principalmente porque o regime venezuelano abriga e promove o terrorismo, entre outros desafios” (Araújo 2021, p. 415).

Contudo, quando fala da iniciativa da Aliança Empresarial de Mulheres do BRICS, o autor traz a importância da participação feminina e alega que as

mulheres ainda são sub-representadas em cargos em empresas e no comércio internacional (Araújo 2021). Era uma oportunidade para o ex-Ministro reforçar frases machistas que Jair Bolsonaro já disse em outras ocasiões, mas Araújo se conteve nesse sentido, apesar de não ter trazido a importância da questão de igualdade de gênero como um todo para a Reunião.

Mais do que está escrito: a análise dos documentos

A partir dos questionamentos realizados a cada documento, e relembrando-se a pergunta de pesquisa inicial, assim como de sua hipótese, pode-se perceber, a partir das frases construídas pelo autor, o ex-Ministro das Relações Exteriores, Ernesto Araújo, que a projeção da imagem do Brasil internacionalmente é de um Estado que não está de acordo com o multilateralismo, buscando a bilateralidade com aqueles que concordam com os termos do seu governo, principalmente na situação da pandemia de Covid-19. O unilateralismo e o foco no benefício fica evidente quando o autor fala sobre não ir de acordo com o que ficou acordado nas organizações multilaterais sobre como lidar com a crise atual, e optando por agir de formas próprias, como o caso da hidroxicloroquina, que o próprio autor coloca que não está sendo uma solução utilizada por outros Estados.

O preconceito no discurso não foi tão carregado na ocasião da reunião dos G20, tendo se tornado mais enfático no caso Venezuelano na reunião do BRICS. Deve-se considerar que no G20, o autor realizou apenas uma alocução, enquanto na reunião do BRICS, houve mais de uma sessão e, sendo composta por menos representantes, há mais espaço para manifestações desse tipo também. Entretanto, é necessário pontuar que, enquanto no G20 existem outros Estados que se encontram geograficamente mais próximos do Brasil, como a Argentina, e Estados que possuem uma relevância internacional maior em termos de decisão, como Estados Unidos e Reino Unido, Araújo decidiu enfatizar a questão da Venezuela em seu encontro com os Ministros das Relações Exteriores da Rússia, Índia, China e África do Sul, podendo demonstrar um apelo maior a interações que envolvam menos países, evidenciando novamente uma não-preferência pelo multilateralismo. Neste caso também, fica evidenciado o desinteresse do Brasil de constituir uma cooperação com a própria Venezuela, que além de dividir fronteira com o território brasileiro, também possui diversos recursos naturais que poderiam ser es-

tratégicos. Sendo o Brasil uma potência na América do Sul e na América Latina, essa postura frente a uma cooperação regional demonstra um enfraquecimento da importância dada às relações com os vizinhos.

O autor, em ambas as ocasiões analisadas, traz uma crise do multilateralismo que parece ser enxergado principalmente por ele, já que urge para que os outros Estados também enxerguem que as organizações multilaterais mais atrapalharam a crise surgida e agravada pela pandemia de Covid-19 do que auxiliaram. Entretanto, no encontro com os Estados do G20, o ex-Ministro brasileiro ofereceu mais frases apelativas sobre isso, o que pode ser enxergado como uma estratégia de impactar mais Estados sobre a posição do Brasil sobre isso, sendo um reforço para que os outros representantes dos outros países da reunião percebam, naquele momento, a força do posicionamento brasileiro contra as organizações multilaterais.

Além disso, na primeira ocasião, também aparecem diversas menções sobre como as políticas adotadas pelo governo brasileiro foram por culpa da própria priorização das decisões centralizadas no Brasil e também do próprio povo brasileiro, demonstrando um orgulho do comportamento do Brasil, atribuído às instituições, representantes e população, que caracterizam um nacionalismo. Ao observar que essas ênfases se constataram com mais frequência no primeiro discurso, no contexto da reunião do G20, pode-se interpretar que essa preferência é devido ao público-alvo, que incluía mais Estados do que a reunião do BRICS, por exemplo.

Contudo, outros traços como patriotismo, preconceito direcionado a negros, mulheres e pessoas LGBTQIA+ não foram evidenciados nos documentos escolhidos. A preferência pelas grandes potências, como os Estados Unidos, também não foi constatada, quando poderia ter ocorrido, por exemplo, na reunião do G20, em que um representante estadunidense estava presente. O Sul Global, representado em ambas as ocasiões também não recebeu nenhum tipo de destaque, apesar de na reunião do BRICS, composta quase inteiramente por Estados que se enquadram neste conceito, Ernesto Araújo trouxe em sua fala alguns pontos de convergência entre os Estados, como seus envolvimento na Segunda Guerra Mundial e a luta contra o nazismo/fascismo, mas também evidenciou, ao fim, que estava aberto para a cooperação com os Estados presentes, apesar das divergências. Essas divergências foram ainda enfatizadas quando o ex-Ministro brasileiro trouxe que o fato de que os Estados presentes são tão diferentes em diversos aspectos, tornava o diálogo entre eles interessante

(Araújo 2021).

Essa situação é relevante, visto que Araújo optou por não reforçar como os Estados presentes compartilham, por exemplo, economias emergentes, ou como estão ou foram submetidos a um sistema de exploração de Estados que se mantêm como grandes potências na atualidade, e nem por lembrar que o surgimento do BRICS e seu propósito fundante era modificar justamente a lógica hegemônica e hierárquica presente no sistema internacional (Stuenkel 2017). Pelo contrário, quando fala de transformação, foca em organizações multilaterais, que são justamente espaços de cooperação e que, apesar de serem corrompidas em algumas esferas, dão a oportunidade para que Estados do Sul Global interajam, se unam e possam trazer suas necessidades e peculiaridades para a pauta global. Além disso, quando fala do Conselho de Segurança, urge por uma transformação, mas não explicita qual seria, sem considerar que, por exemplo, China e Rússia possuem assentos permanentes e com direito a veto. O que parece é que, ao invés de modificar o sistema hierárquico, o Brasil quer apenas ser incluído na alta hierarquia, sem a devida preocupação com os demais Estados do Sul Global e com a causa para que o Brasil ainda esteja à periferia do sistema-mundo: a própria hegemonia dos Estados Unidos e de demais países que praticaram o colonialismo e o imperialismo.

As prioridades do Brasil trazidas em cada ocasião também se diferenciam, já que na reunião do G20, com a temática da cooperação internacional, o ex-Ministro defende a abertura de fronteiras, a exportação de alimentos, a produção própria de vacinas e de utilização de métodos de tratamento não comprovados para a Covid-19, além de manter a preocupação com os meios de subsistência de sua população como foco, ao invés de “apenas na saúde”. Isso demonstra uma vontade de mostrar que o Brasil não está seguindo as recomendações de organizações multilaterais, principalmente a Organização Mundial da Saúde (OMS), em que não se recomenda a utilização de tratamento não comprovado, a exposição entre populações de países por meio de viagens, e também a priorização da economia em detrimento da saúde da população. Essas prioridades evidenciadas frente a grandes potências caracteriza a vontade do Brasil de ser enxergado como um ser unilateral, de suas próprias decisões, e que não prioriza o multilateralismo, optando pelas suas conclusões próprias, mesmo que prejudique a sua população.

As prioridades demonstradas na reunião do BRICS, por outro lado, focaram a reforma do sistema multilateral e do Conselho de Segurança, além de citar

outras questões como a eliminação de armamentos de massa e a importância da tolerância religiosa. Isso se mostra interessante frente ao fato de que a Índia possui armas de destruição em massa, assim como a Rússia e a China (Basrur 2001), além de que a Índia possui casos de intolerância religiosa frente ao islamismo, principalmente com a ascensão do governo de Narendra Modi desde 2014 (*Citizenship Amendment Bill: India's new 'anti-Muslim' law explained* 2019), assim como a China, foi acusada recentemente por violação de direitos humanos contra minorias muçulmanas (Kasim 2021). Esse fato também é interessante frente ao fato de que Jair Bolsonaro, por diversas vezes, se pronuncia publicamente utilizando termos católicos, tornando o poder público brasileiro também tendencioso quanto à religião, apesar do atestado de laicidade que a Constituição brasileira propõe (F. F. Oliveira 2020).

Considerações finais e apontamentos de pesquisa

A partir da análise documental feita, pode-se concluir que a hipótese foi parcialmente corroborada, já que com os documentos escolhidos, foi possível evidenciar momentos de projeção do Estado brasileiro como unilateralismo, nacionalista, contra multilateralismo e buscando cooperações bilaterais com aqueles em concordância com suas prioridades e políticas. A preferência pelas grandes potências em detrimento do Sul Global não foi explicitamente evidenciada, apesar de em algumas colocações do autor e comparação entre as duas ocasiões de onde foram retiradas as alocações transcritas, de que há uma diferenciação entre o que deseja-se projetar para grandes potências em um grande grupo e para potências emergentes e do Sul Global em um grupo restrito. Isso pode demonstrar que existe uma preferência para consolidar um relacionamento com as grandes potências baseadas em certos fatores, enquanto para o Sul Global ou potências emergentes abre-se completamente sobre quais são as prioridades do Brasil e a cooperação se baseará na concordância com esses outros fatores. As questões de preconceito também não foram explicitadas pelos documentos, apesar da situação colocada em relação à Venezuela.

Dessa forma, conclui-se que, pela análise feita, Ernesto Araújo tentou projetar o Brasil como um Estado unilateral, nacionalista, que prefere o bilateralismo e deseja uma reforma do multilateralismo, além de não seguir o que as organizações multilaterais atuais propõem e sugerem nas situações verifi-

cadas. Para conclusões mais acertadas e que envolvam uma generalização em relação à projeção do Estado brasileiro para além das duas ocasiões analisadas, seriam necessários mais documentos e mais tempo para a pesquisa. A quantidade de documentos proposta é capaz de evidenciar um posicionamento de Araújo especificamente nas duas reuniões em foco, mas se faz necessária uma análise com maior arcabouço documental para a confirmação da hipótese proposta e o fortalecimento do argumento, que envolve um panorama da projeção do Brasil durante todo o mandato de Bolsonaro. Outra limitação foi a consulta de um livro com apenas discursos de 2020, não sendo possível a análise de discursos do primeiro ano do mandato de Bolsonaro, em 2019, devido ao volume de dados que ultrapassaria o limite proposto para este artigo. Isso pode ser corrigido e aprofundado em pesquisas e trabalhos futuros. Nesse sentido, evidencia-se a necessidade do aprofundamento para análises que corroborem com a hipótese para realizar leituras mais acuradas do cenário político internacional. Ainda assim, há significativos apontamentos no presente artigo que alertam sobre urgências no contexto diplomático e da política externa brasileira.

Referências

- Araújo, Ernesto (2021). *Política Externa: Soberania, Democracia e Liberdade - Coletânea de Discursos, Artigos e Entrevistas do Ministro das Relações Exteriores - 2020*. Ed. por Ernesto Araújo. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão.
- Baptista, João Victor Da Motta, Artur Cruz Bertolucci e Ana Victória Kloverza Diogo (2020). "Política de Estado ou de Governo? A Reorientação da Política Externa Brasileira sob o Governo Bolsonaro". Em: *Cadernos do CEAS: Revista Crítica de Humanidades* 45.250, pp. 502–533.
- Basrur, Rajesh M. (2001). "Nuclear Weapons and Indian Strategic Culture". Em: *Journal of Peace Research* 38.2, pp. 181–198.
- Brótons, Antonio Remiro (1999). "Universalismo, Multilateralismo, Regionalismo y Unilateralismo en el Nuevo Orden Internacional". Em: *Revista Española de Derecho Internacional* 51.1, pp. 11–57.
- Cason, Jeffrey W. e Timothy J. Power (2009). "Presidentialization, Pluralization, and the Rollback of Itamaraty: Explaining Change in Brazilian Foreign Policy Making in the Cardoso-Lula Era". Em: *In-*

- International Political Science Review* 30.2, pp. 117–140.
- Cellard, A. (2008). “A análise documental”. Em: *A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos*. Ed. por J. Poupart. Petrópolis: Vozes, pp. 295–316.
- Citizenship Amendment Bill: India’s new ‘anti-Muslim’ law explained* (2019). BBC News, 11/12/2019. URL: <https://www.bbc.com/news/world-asia-india-50670393> (acesso em 12/12/2021).
- Dahlke, Otto H. (1986). “Cooperação”. Em: *Dicionário de Ciências Sociais*. Ed. por Otto H. Dahlke. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas.
- Figueira, Ariane Roder (2010). “Rupturas e continuidades no padrão organizacional e decisório do Ministério das Relações Exteriores”. Em: *Revista Brasileira de Política Internacional* 53.2, pp. 5–22.
- Flockhart, Trine (2016). “Constructivism and Foreign Policy”. Em: *Foreign Policy*. Ed. por Steve Smith, Amelia Hadfield e Tim Dunne. Oxford: Oxford University Press.
- Gonçalves, Williams e Tatiana Teixeira (2020). “Considerações sobre a política externa brasileira no governo Bolsonaro e as relações Brasil-EUA”. Em: *Sul Global* 1.1, pp. 192–211.
- Hollington, Andrea et al. (2015). *Introduction: Concepts of the Global South*. Global South Studies Center, University of Cologne. URL: https://kups.ub.uni-koeln.de/6399/1/voices012015_concepts_of_the_global_south.pdf (acesso em 25/08/2021).
- Kasim, Mehmetali (2021). “Chinese Oppressive Policies Towards the Muslims in East Turkistan”. Em: *Journal of Muslim Minority Affairs* 41.1, pp. 62–77.
- Keohane, Robert e Joseph Nye (1987). “Power and Interdependence Revisited”. Em: *International Organization* 41.4, pp. 725–753.
- Milani, Carlos et al. (2014). *Atlas da Política Externa Brasileira*. Buenos Aires: CLACSO.
- Oliveira, Fábio Falcão (2020). “Bolsonaro e o apoio religioso como bandeira política”. Em: *Revista Brasileira de História das Religiões* 13.37, pp. 137–160.
- Oliveira, Henrique Altemani de (2005). *Política Externa Brasileira*. São Paulo: Saraiva Educação.
- Pennaforte, Charles (2017). “A Política Externa Brasileira Pós-Impeachment: Mudança ou Estagnação? Charles”. Em: *XVI Congresso Internacional FoMerco* Salvador. URL: http://www.congresso2017.fomerco.com.br/resources/anais/8/1503771154_ARQUIVO_FOMERCO.pdf (acesso em 12/12/2021).
- Ruggie, John Gerard (1993). *Multilateralism Matters: The Theory and Praxis of an Institutional Form*. Ed. por John Gerard Ruggie. New York City: Columbia University Press, pp. 3–48.
- Sá-Silva, Jackson Ronie, Cristóvão Domingos de Almeida e Joel Felipe Guindani (2009). “Pesquisa documental: pistas teóricas e metodológicas”. Em: *Revista Brasileira de História & Ciências Sociais* 1.1, pp. 1–15.
- Silva, André Luiz Reis da (2015). “Geometria variável e parcerias estratégicas: a diplomacia multidimensional do governo Lula (2003-2010)”. Em: *Contexto Internacional* 37.1, pp. 143–184.
- Stuenkel, Oliver (2017). *BRICS e o futuro da ordem global*. São Paulo: Editora Paz e Terra.
- Vidigal, Carlos Eduardo e Raúl Bernal-Meza (2020). “Bolsonaro versus Rio Branco: Hegemonic Transition”. Em: *Revista de Relaciones Internacionales, Estrategia y Seguridad* 15.2, pp. 11–26.